Hacia la Desglobalización? O a Ilusória Desglobalización?

Por Cândida M. B. Leite

O termo globalização é polissêmico e abarca diferentes conceituações. É visto como um processo, no âmbito das ciências sociais e econômicas, de mudanças significativas nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais em todo o mundo. O fenômeno da globalização é entendido como um processo, cujas origens remontam, segundo estudos da CEPAL (2002), ao capitalismo surgido na Europa no final da Idade Média, à nova atitude científica e cultural que encarnou o Renascimento e à formação das grandes nações europeias e seus impérios. Há, certamente, diversidade de entendimentos no que se refere aos marcos de surgimento e às fases que integram esse processo[1]. Nesse texto, o intento é, apenas, o de reconhecer essa diversidade e de partir desses parâmetros históricos gerais para nortear o nosso olhar, que será direcionado à contundente obra de Alfredo Jalife-Rahme, intitulada "Hacia la Desglobalización". Considerando os pressupostos e ideias apresentadas por esse estudioso, que, entre outras formações, é analista político e professor da Universidade Autônoma do México, apresentar-se-á um panorama dos principais conceitos da referida obra para, em seguida cotejá-los com outras referências bibliográficas no intuito de melhor compreender a pergunta trazida pelo autor.

Para Alfredo Jalife-Rhame, a globalização é caracterizada pela ultra concentração da riqueza mundial nas mãos de uma plutocracia de corporações transnacionais onipotentes. O alto poderio econômico de tais corporações está concentrado no G7-G10/11[2], definido como os *globalizadores*, que englobam um pouco mais de 90% das principais corporações transnacionais. Por outro lado, *os globalizados*, que

[1] Os historiadores modernos reconhecem momentos distintos no processo de globalização durante os últimos 130, dividindo-os em fases. Uma primeira fase da globalização, de 1870 até 1913, caracterizou-se pela elevada mobilidade dos capitais e da mão-de-obra, junto com um auge comercial e foi interrompida pela Primeira Guerra Mundial, seguida por um período de retração. Após a Segunda Guerra Mundial, tem início uma nova etapa de integração global com duas fases distintas: (i) um período, cujo ponto de ruptura tem lugar no início da década de 1970, como efeito do colapso do regime de regulamentação macroeconômica definido em 1944 em Bretton Woods, do primeiro choque petroleiro, da crescente mobilidade privada de capitais, que se intensificou a partir dos dois processos anteriores, e do fim da "idade de ouro" de crescimento dos países industrializados e (ii) uma segunda fase de globalização, entre 1945 e 1973, que se caracterizou pelo grande esforço para desenvolver instituições de cooperação internacional em matéria financeira e comercial, e pela grande expansão do comércio de manufaturas entre países desenvolvidos, bem como pela existência de uma grande variedade de modelos de organização econômica no mundo inteiro, e por uma baixa mobilidade de capitais e de mão-de-obra. No último quarto do século XX, os pesquisadores apontam que se consolidou uma terceira fase de globalização, cujos atributos centrais são a gradual generalização do livre comércio, a crescente presença das empresas transnacionais no cenário mundial sob a modalidade de sistemas de produção integrados, o crescimento e a elevada mobilidade dos capitais, e uma notável tendência à homogeneização dos modelos de desenvolvimento, além da subsistência de restrições aos movimentos da mão-de-obra (CEPAL, 2002, p. 18-22).

[2] O Grupo dos Sete (G7) é o grupo dos países mais industrializados do mundo, composto por: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido. O autor, ao referir-se aos globalizadores, acrescenta mais quatro países: Holanda, Suíça, Bélgica e Suécia, formando, então o G10/11, conforme a nomenclatura dada por Jalife-Rhame. Esses onze países detém um pouco mais de 90% das corporações transnacionais globais.

compreendem os países emergentes, detém 10% desse poder. Esses números fizeram-no entender que a globalização é, antes de tudo, antidemocrática.

Nessa obra, o analista geopolítico aborda três tipos de globalização: econômica, financeira e petroleira. Na primeira forma de globalização, as nações voltam seus interesses para a exportação de bens e serviços, que tanto beneficia as potências mundiais quanto também permite uma recuperação das economias emergentes. Na segunda delas, por outro lado, tem-se o foco na desregulação dos mercados, na especulação, na criação de paraísos fiscais e na contabilidade de derivados financeiros invisíveis. Sendo assim, esse tipo de globalização, busca a concentração de riqueza dos donos do capital, impedindo que os benefícios econômicos beneficiem o coletivo. Já na terceira forma de globalização – globalização geoenergética, em sua especialidade petroleira – representa a consequência da derrota Anglo-saxã no Iraque, em 2004. A atenção é voltada para o preço financeiro do petróleo. Chama a atenção para o fato de que há mais inventários virtuais, especulativos de petróleos do que inventários reais, fato que gerará uma profunda crise econômica.

Apesar de todo o poderio do G7 – G10\11, o autor ressalta a importância dos BRIC[3] (Brasil, Rússia, Índia e China), destacando a China e a impressionante reserva internacional desse país que supera em trilhões aquela sustentada pelos Estados Unidos da América.

Ao longo dos quatro capítulos que abrange a obra, o autor mexicano indica que a sociedade caminha em direção à Desglobalização. Seu entendimento é o de que a regionalização das economias seria a melhor opção. Esse entendimento alia-se à necessidade da multipolaridade, também apontada como uma das bases da Desglobalização. Em seu entender, "a desglobalização significa o momento em que a globalização, totalmente exausta, é obrigada a reconsiderar a vigência do Estado-Nação e o imprescindível fator laboral" (Jalife-Rhame, 2007, p. 68).

Com o olhar de um analista geopolítico, descreve três cenários em que a Desglobalização seria produzida. No primeiro deles, trata de uma *globalização suave e reformada*. Neste caso, explica que uma regulação do sistema é o que se busca, de forma a evitar as distorções ocasionadas ao redor do mundo pelo modelo de globalização até então implementado. Advoga que a globalização não tem funcionado e não vê como as reformas dos organismos internacionais poderiam criar uma globalização equitativa, quando esses mesmos organismos se encontram em vias de extinção. Como exemplo do fracasso das instituições, cita que a China possui quatro vezes mais divisas que o FMI e que os países preferem recorrer à China para melhores empréstimos a se submeter às condições do FMI. Sendo assim, as soluções apontadas por esse primeiro cenário não são suficientes para resolver as demandas mundiais.

[3] É preciso destacar que a obra "Hacia la Desglobalización" teve sua primeira publicação em 2007. A essa época, apenas os quatro referidos países compunham a coordenação, tal qual citado pelo autor: Brasil, Rússia, Índia e China. Entretanto, em 2011, na Cúpula de Sanya, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, acrescentando o "S" ao acrônimo, agora BRICS.

No segundo cenário, que intitula como *Regionalização com economia mista e maior regulação*, ressalta a importância de um Estado-nação fortalecido e com capacidade de liderança frente aos capitais privados. Prevê o fortalecimento de economias regionais, a exemplo do Brasil e do Sudeste Asiático, que tenderiam a funcionar com um certo distanciamento das "livres forças do mercado" e independentes dos Estados Unido da América.

Para Jalife-Rhame, o Cone Sul move-se em sentido oposto aos interesses das transnacionais neoliberais dos Estados Unidos. Como exemplo, cita que Argentina e Brasil quitaram dívidas com o FMI, Venezuela nacionalizou a eletricidade e a telecomunicação, entre outros exemplos. Ademais, entende que os países da América do Sul reconhecem que podem se posicionar como "a nova potência econômica do século XXI", haja vista serem detentores de dois dos itens mais relevantes deste século, quais sejam fontes energéticas e meio ambiente com valiosa biodiversidade.

Ao tratar da regionalização, continua a discorrer que a desglobalização manifesta-se na forma de um regionalismo mercantilista e comunitário, tal qual visto em alguns países asiáticos, bem como na América do Sul, haja vista a existência do Mercosul. Por essa organização própria desses países, bem como daqueles que compõem o BRICS, o autor afirma que, nessa fase de Desglobalização, parece mais provável que o mundo, como um todo, encaminha-se em curto ou médio prazo, em direção a uma regionalização de economia mista em que "as forças do mercado" serão controladas pelos humanos, que, em seu entender, poderá ser representado pelo Estado ressuscitado ou recriado ou, ainda, seja por cidadãos criativos, que nutrem amor pela vida.

Por fim, trata do panorama do terceiro cenário, caracterizado pelo neo-renascimento humanista ou socialismo do século XIX, cujo centro dos intercâmbios deverá ser o ser humano, e não os mercados. Para esse pensador, mediante à desglobalização, o gênero humano tem a oportunidade de voltar a controlar o mercado. Entende que essa é a saída para a reorganização do mercado desregulado pelo modelo globalizador. Conclui, afirmando: "el siglo XXI será humanista o no lo será".

Ao acompanhar a argumentação do professor Alfredo Jalife, acostuma-se à acidez de suas palavras ao tratar da globalização - especialmente na modalidade financeira –, e à lucidez diante de dados que demonstram, cada vez mais, o poderio das multinacionais frente ao Estado-nação. Frente a esse cenário, a solução apresentada por Jalife-Rhame é permeada por ideias humanistas, solidários que, para alguns, beira uma utopia, pois, apesar de vários movimentos sociais e políticos que apontam para o fortalecimento do multiculturalismo e da regionalização, há contra movimentos que parecem reforçar a força da globalização. Em sendo assim, como vislumbrar capacidade de realização desse terceiro cenário, marcadamente humanista?

Olhando por um outro prisma, Boaventura de Sousa Santos, em um artigo escrito em 2017 e, portanto, dez anos após a obra de Jalife-Rhame, volta o seu olhar para o panorâma atual e, ao analisar o Brexit – movimento pelo qual o Reino Unido decidiu abandonar a União Europeia – ; as políticas

protecionistas do presidente dos EUA e sua defesa do princípio da soberania ao insurgir contra os tratados internacionais – entre os quais cita aqueles sobre o livre comércio e sobre a mudança climática – o envolvimento em guerras comerciais e mesmo a ordem para construção de muros para proteção das fronteiras com o México; a emergência ou reacendimento da afirmação de identidades nacionais ou religiosas em luta pela secessão ou autogoverno no interior de Estados[4], conclui, de forma muito lúcida, que esses fenômenos constituem manifestações de uma nova fase de globalização, sendo esta mais dramática, mais excludente e mais perigosa para a convivência democrática. Em seu entender, não configuram, portanto, processos de desglobalização.

Quanto a essa nova fase da globalização, Boaventura analisa alguns dados que o levam à conclusão de que a liberalização e a privatização da economia continuam a intensificar-se. Como exemplo, cita os tratados de livre comércio[5]. Além disso, voltando-se para o funcionamento do sistema financeiro, reconhece que há um vasto capital globalizado e imune às regulações nacionais, haja vista que três quartos da riqueza mundial é dominada por vinte e oito empresas do setor financeiro – maior parte delas registrada na América do Norte e Europa. Diante desses fatos, reafirma que o mundo não está diante de um momento de desglobalização, mas sim diante de novas manifestações da globalização, a que julga perigosa e patológica.

O argumento da soberania dominante[6] pode ser interpretado como um indício da desglobalização. Entretanto, como adverte Santos (2017), trata-se de um argumento falacioso, uma vez que a defesa dos interesses soberanos, apoiado em nacionalismos conservadores, somam-se, comumente, à autorregulação global do capital financeiro e que, combinados, motivam, segundo Boaventura , "fenômenos tão diversos quanto sub-financiamento dos sistemas públicos de saúde e educação, a precarização das relações laborais, a chamada **crise dos refugiados**, os Estados falidos, o descontrole do aquecimento global".

Diante de tão acurada análise, há que entender o adjetivo empregado por Boaventura ao tratar da pretensa desglobalização, quando a qualifica como ilusória. A sua argumentação não destoa daquela manejada por Alfredo Jalife-Rhame, em linhas gerais, posto que ambos voltam o olhar crítico e certeiro para o fenômeno da globalização. Percebe-se, entretanto, que este prenuncia um processo de desglobalização, em curso, cujo objetivo maior – o terceiro cenário – estaria no porvir. Já Boaventura não partilha desse entendimento e argumenta continua a expandir e a modificar-se.

---

[4] Boaventura cita, como exemplo desses movimentos, as lutas da Caxemira, da **Irlanda do Norte,** de várias nacionalidades no interior do Estado Espanhol, do Senegal, da Nigéria, da Somália, da Eritreia, da Etiópia e dos movimentos indígenas da América Latina.

[5] À época, em 2017, um dos exemplos dado foi o do Tratado de Livre Comércio acordado entre a União Europeia e o Canadá que, entre outras coisas, irá expor a alimentação dos europeus a produtos tóxicos proibidos na Europa, mas permitidos no Canadá.

[6] Para Santos (2017), o princípio da soberania dominante surgiu antes na **União Europeia** com o modo como a **Alemanha** pôs os seus interesses soberanos, mais especificamente os interesses do Deutsche Bank, à frente dos interesses dos países do sul da Europa e da EU.

Apesar dessas distinções, é possível destacar uma preocupação latente em ambos professores – o mexicano e o português: a preocupação com o meio ambiente. Jalife-Rhame aponta que existe um "perdedor invisível" – o meio ambiente –, cuja depredação não é contabilizada pelo globalizador, que a cataloga como uma externalidade, que não tem incidência ou incumbência em seu desempenho econômico e, portanto, não é contabilizado. Já Boaventura entende que a sociedade mundial está à beira de um colapso ecológico, pois tudo está à venda: a água, a terra, os ecossistemas. A preocupação desses tão conceituados pesquisadores é atual e, no momento histórico atual, atinge o cerne de uma questão muito atual no contexto brasileiro: a aprovação no Senado Federal, em 24/06/2020, do Projeto de Lei (PL) nº 4.162, de 2019, que institui o novo marco regulatório do saneamento básico no Brasil que, se sancionado, tornará lei. Esse projeto propicia a privatização da água, um recurso essencial à vida que deveria ser resguardado e estar à margem de manobras que visem, exclusivamente, o lucro.

Situações fáticas como a do referido projeto de Lei evidencia um desafio de interesse mundial para o qual é necessária uma abordagem ampla, capaz de responder a desafios distintos, pois essa é uma tônica de interesse de toda a população mundial, que merece ser analisada no âmbito da Governança Global, e não apenas em termos de desglobalização.

Referências bibliográficas:

CEPAL. Globalização e Desenvolvimento. 2002. P. 18-19. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2727/2/S2002022_pt.pdf

JALIFE-RAHME, Alfredo, Hacia la desglobalización, México: Jorale, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Ilusória Desglobalização. Outras Palavras. 2017. Disponível em: https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/boaventura-a-ilusoria-desglobalizacao/